

NICOLAU FARAH

BRASÍLIA – O Brasil entra na Conferência de Haia – para discutir o controle da emissão de gases causadores do efeito estufa –, preocupado com o desmatamento. Mas pode mostrar que, desde 1992, instituiu um modelo de cooperação envolvendo os sete países mais industrializados do mundo, chamado Programa Piloto para Conservação das Florestas Tropicais no Brasil, o PP-G7, que vem dando bons frutos. Foram destinados ao projeto US\$ 330 milhões, dos quais foi aplicado um terço até agora.

“É o maior programa mundial de preservação em um só país”, ressalta Harald Lossack, representante da GTZ, entidade alemã de cooperação técnica, responsável pela execução e acompanhamento na Amazônia, uma área de cinco milhões de quilômetros quadrados – onde a Europa inteira cabe.

Verba – A Alemanha é o maior aplicador: entra com 49,3% da verba. É também quem concebeu a idéia da cooperação e a apresentou ao G7, na reunião de cúpula dos países-membros realizada em Houston, Estados Unidos, em 1990. A contribuição financeira para o plano ficou assim estabelecida: a Alemanha banca quase a metade, a União Européia 24,1%, o Reino Unido 7,6%, os Estados Unidos 5,4%, o Japão 1,9%, a Itália 1,1%, os Países-Baixos 0,9%, a França 0,5% e o Canadá 0,2%.

O PP-G7 não loteou a Amazônia e nem criou projeto próprio de preservação florestal.

Usa o que já existe no Ministério do Meio Ambiente, Ibama, órgãos estaduais, ongs e Funai. O próprio governo brasileiro arca com uma parcela: 9,1% do total dos recursos, algo em torno de US\$ 30 milhões.

O objetivo do PP-G7 é encontrar “um modelo de parcerias nacionais e internacionais com soluções para um problema ambiental global”. Pode ser. Mas os investidores não podem cobrar, mais tarde, algumas políticas do governo para a Amazônia, especialmente a redução da emissão de carbono das queimadas?. Por enquanto não.

Modelo – Até este momento, o discurso tem sido este: “Harmonizar o desenvolvimento econômico e social da região amazônica, isto é, proteção das florestas tropicais, sem deixar de lado o desenvolvimento”, define Christiane Kunze, economista do KfW, o banco de desenvolvimento alemão que libera os recursos.

Semana passada, o adido de imprensa da Embaixada da Alemanha, Axel Zeidler, apresentou alguns dos trabalhos feitos pelo PP-G7 com órgãos estaduais e federais. São programas como o ProManejo, que consiste no manejo das florestas para a extração da madeira de modo planejado, evitando a devastação – o mesmo modelo bem sucedido que chamou a atenção dos fraudadores. O outro projeto é a viabilização da exploração de recursos de forma ecologicamente, economicamente e socialmente sustentável, como a apicultura e o extrativismo.

INSTITUTO	
	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	JB
Fonte	
Data	19/11/2000 Pg 22
Class.	17

Diversidade rentável

A biodiversidade na Amazônia é um fator de subsistência de inúmeras famílias muito mais atraente do que o deserto verde criado pelos desmatamentos. E esse é um dos principais projetos do PP-G7 com objetivos sociais.

Como exemplo disso, o Programa Piloto apresenta o produtor agrícola Darcirio Vronski, de 50 anos. Darcirio é um assentado pelo Incra que vive com a família em Medicilândia, município a 100 quilômetros de Altamira, no Sul do Pará.

Com a mulher e quatro filhos, Darcirio vive em uma área de 100 hectares à margem da Transamazônica, onde há três anos vem desenvolvendo técnicas de extração de óleo de copaíba. O óleo, muito valorizado,

pode ser extraído de árvores existentes em abundância nos 30% de mata nativa que conserva em seu lote.

Ainda com o auxílio dos técnicos alemães, Darcirio passou a dedicar-se à apicultura. Todas as atividades extrativistas tornaram-se para ele complemento de renda, paralelamente às que há 20 anos pratica na região. O assentado é um pequeno produtor de cacau, café e também cria gado.

O PP-G7 também está investindo em projetos de manejo dos rios, com intenção é evitar a pesca predatória. O projeto atua, ainda auxiliando na demarcação de territórios indígenas, em conjunto com a Fundação Nacional do Índio, Funai. (N.F.)